

Em tempos difíceis, ocupações e precauções

Walter Osswald*

Nenhum de nós tem dúvidas sobre a excepcionalidade do tempo que vivemos, que a todos afecta, alterando profundamente o seu habitual modo de estar. Mas a pandemia ameaça mais uns do que outros, incidindo particularmente sobre aqueles que não podem deixar de estar em contacto com possíveis infectados, como acontece aos que prestam serviços presenciais, ou àqueles que, pela sua profissão, estão obrigatoriamente a cuidar em proximidade, caso exemplar dos serviços da saúde. Em toda a população, incluindo os mais expostos, são os idosos os doentes em que o vírus causa mais lesões e acarreta mais óbitos.

É por isso que parece oportuno reflectir um pouco sobre esta questão, focando alguns aspectos que os idosos (e por mor deles os seus familiares, cuidadores e amigos) enfrentam; faço-o com simplicidade e boa fé, sem esquecer que sou eu próprio um ancião.

É neste sentido que, numa primeira parte, referirei ocupações. Na realidade, para muitos idosos que não adoeceram, e que são felizmente a grande maioria da população com mais de 65 anos, as medidas prudentiais e adequadas que foram implementadas poderão ser de difícil compreensão e considerados negativos os efeitos da sua observância. Ficar em casa é, só por si, um sacrifício para quem as deslocações e as relações pessoais que propiciam eram rotina, passatempo, e paradoxalmente, novidade. Manter distanciamento social, não receber abraços, não praticar jogos que exigem convívio próximo, não poder pegar ao colo nos netos, lavar e desinfectar as mãos frequentemente (com conseqüente secura, irritação e eventual dermite) não ir ao café, ao restaurante, ao centro de dia, ao canto do jardim onde se reúne o seu grupo de camaradas (da tropa, da empresa, da associação), para alguns não frequentar mais a igreja ou a universidade sénior, para todos enfrentar o ócio e o vazio de um dia passado em frente de um televisor que debita regras novas sobre a pandemia, aqui ou lá fora - tudo isso acontece, com maior ou menor intensidade, consoante a idade, o temperamento e carácter, as suas capacidades, a ocupação de tempo

* Professor Catedrático aposentado da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Conselheiro do Instituto de Bioética da Universidade Católica Portuguesa

livre anteriormente verificada, as convicções morais, filosóficas e religiosas de cada um.

É pois dever maior dos outros, familiares, amigos, vizinhos, conhecidos ou, caso falhem todas estas âncoras humanas, voluntários e, sempre, pastores das confissões a que pertencem os idosos, intervir no sentido de informar, esclarecer, propor antídotos aos sentimentos depressivos ou às reacções temperamentais, que podem ir até à declaração de rejeição total das medidas restritivas do contacto. Informar sobre a perigosidade do vírus e sobre a elevada contagiosidade que caracteriza a doença, sem alarmismo apocalíptico, é o primeiro passo. Esclarecer sobre os modos de contágio e os meios de o evitar, constitui a sequência lógica, logo seguida da afirmação de que o idoso, ao evitar contrair a doença, não se defende apenas a si próprio, mas presta um grande serviço à comunidade, cortando redes de transmissão. Depois, conversando com o idoso sobre ocupações de tempo que para ele façam sentido e, se possível, tragam alguma novidade e exijam algum grau de esforço. Não é necessário frizar que as actividades a propor, são as mais variadas, aliás elencadas em vários sítios da rede e reproduzidas em jornais e revistas; poderão ir desde arrumar coisas em casa até organizar um arquivo, fazer ginástica, experimentar a confecção de novos pratos e sobremesas, estudar história, uma língua (porque não a portuguesa?), os clássicos ou os ligeiros da filosofia ou da literatura, a cinematografia, as artes e ofícios, as paciências, etc., a lista é infindável. O fundamento de tais atitudes é simples, ou seja, a expressão de solidariedade, de preocupação com o outro, com quem partilhamos todas as ameaças do tempo e, porque não reconhecê-lo, o medo primeiro da morte. Mas, como dizia E. Mounier, perante a crise impõe-se a acção que lhe responda, e da acção colectiva faz parte esta cooperação respeitosa com os nossos idosos. De resto, antes da acção temos a deliberação, uma fase eminentemente ética, em que os parâmetros da acção a empreender terão de ser eticamente validados – agimos no sentido de agir bem, no que se afigura ser o melhor, de acordo com valores, exercitando as nossas virtudes, tendo como fim alcançar o equilíbrio entre as exigências do bem individual e as do bem comum. Se desistirmos da acção, ponderada, deliberada, possível, caímos na acrasia socrática, em que a pior situação resulta da indolência, do medo, da timidez, do fatalismo inerme.

As interrogações e as inquietações são muitas, no que diz respeito ao futuro, à época pós-pandemia. Não é crível, nem desejável, que o regresso

à normalidade signifique que tudo fique igual ao que era. Na realidade, seria trágico que não tivéssemos aprendido nada com a duríssima crise vivida: regressos ao consumismo desenfreado, ao individualismo exacerbado, ao cientismo acrítico, à economia baseada exclusivamente no lucro, ao desprezo pela ética e à anomia moral que constituíram traços marcantes da sociedade global pré-pandemia, configuraria verdadeiro erro e manifestação de incapacidade de reflexão e de procura de novas orientações e linhas estruturantes da vida que devemos almejar viver nesse futuro.

Uma primeira urgência é a habitação. A experiência da reclusão domiciliária veio pôr em evidência o que já se sabia, mas passava despercebido ou era indiferente à consciência colectiva: para além da minoria dos sem-abrigos, há um grande sector da população, que vive sem casa, em cabanas, tendas, quartos com pais e filhos amontoados, divisórias de cortinas, aposentos a servir de cozinha, quarto de dormir, espaço de lazer e de estudo, garagens e armazéns divididos em espaços para agregados familiares... A Constituição da República Portuguesa refere o direito à habitação condigna como direito fundamental, mas a República não garante o usufruto desse direito. Uma política de habitação impõe-se e os economistas dizem que um investimento largo neste sector terá consequências económicas positivas, desde logo pelo impulso à construção e urbanização, mas também pode garantir a saída do pesadelo de arranjar e pagar habitação; as pessoas trabalharão mais e poderão ter melhores empregos – seria o famoso elevador social a funcionar.

Em segundo lugar a saúde. Não entraremos aqui em pormenores, pois existe largo consenso que esta é uma prioridade futura e uma legítima e aguda preocupação dos cidadãos. Não bastará aumentar números (de profissionais, de verbas alocadas a este sector, de estabelecimentos), se não existir, simultaneamente, uma remodelação do actual esquema, com as reformas e inovações que os técnicos competentes e sérios proponham.

A ciência vem logo a seguir: tão maltratada tem sido por sucessivos governos que não será difícil implementar um sistema novo, que permita o aproveitamento racional da excelente e comprovada população de cientistas que aqui opera, dando-lhes condições de trabalho, segurança na carreira, regularidade na programação de actividades e remuneração condigna. O aumento da produção científica, o entendimento pelos

empregadores de que a ciência não é um luxo, mas a condição prévia para a elaboração de melhores e mais competitivos produtos e, obviamente, os resultados que venham a ser alcançados com um primeiro investimento, de carácter experimental, constituirão factores decisivos para a reanimação da economia. Que esta, para além de estar necessariamente presente em tudo o que se referiu até aqui, necessita de ser apoiada, regulada sem excessos nem espartilhos ideológicos, incentivada e constantemente acompanhada por entidades de observação e proposta, de forma a que o poder possa actuar de forma proporcionada e flexível, parece ser opinião generalizada, embora no domínio das medidas concretas possa, e deva, existir variedade de opinião.

E os idosos? Regressamos assim ao foco destas simples reflexões. Os idosos, que no saldo da pandemia aparecerão certamente como a parcela de vítimas proporcionalmente maior, têm, entre os seus direitos, o de não serem esquecidos em todas as medidas que venham a ser adaptadas e talvez mesmo a serem considerados prioritários em algumas delas. Mas não desejam, certamente, ficar de mão estendida junto da restante população, antes ansiando por tomar parte activa, com a sua experiência antiga e recente de maior exposição a riscos e a marginalização, no grande projecto de restauro, recuperação e renovação que nos aguarda, uma vez vencida a mortífera pandemia.